

ROSENBERG, Lia. Relações entre origem social, condições da escola e rendimento escolar de crianças no ensino público estadual de 1º grau da Grande São Paulo. São Paulo, Fundação Carlos Chagas/FINEP, 1981.

A presente pesquisa objetivou “analisar as relações entre rendimentos escolar (expresso em notas, resultado final e evasão), características de origem social do aluno e condições da escola” (p. 1) e “analisar o papel da mediação da escola na determinação do destino escolar de crianças de níveis sócio-econômicos diversos”.

A revisão de literatura desenvolvida constitui o marco teórico dentro do qual a autora pretende estudar e interpretar os fatores intra-escolares enquanto mediação entre origem social e rendimento da clientela escolar. Com esta finalidade cita dois estudos norte-americanos sobre condições sócio-econômicas e desempenho acadêmico: Coleman (1966) e Jencks et alii (1972). Entre os poucos estudos que relacionaram empiricamente mecanismos de seletividade da escola a condições sociais dos alunos, a autora cita Gouveia e Havighurst (1969). Estes autores sugerem que os alunos pobres que atingem as últimas séries são especialmente aptos e mais selecionados que os de classe média. Reforçando esta hipótese a autora cita o Plano trienal 77, 78-79 da Secretaria de Educação de São Paulo (1977) Castro e Sanguinetti (1977). No que se refere à relação entre origem social e resultados da educação formal, representados por testes de desempenho e notas, cita três estudos: Hansen (1976), Bessa (1971) e Poppovic et alii (1974). Para sugerir a possibilidade de atuação junto à família e justificar o estudo do comportamento da variável escolaridade dos pais, como indicador de notas escolares a autora cita Schmidt e Miranda (1977) e Poppovic (1972).

Quanto à variável sexo do aluno cita Rosemberg, F. (1975).

Em relação à repetência refere-se ao Plano Trienal 77-78-79 SEC/SP (1977) e ao Projeto NISE da Assessoria Técnica de Planejamento e Controle Educacional (ATPCE) da SEC/SP.

Na presente pesquisa a autora se propôs a estudar:

— Qual o peso específico dos fatores de ordem pedagógica/administrativa sobre o rendimento escolar?

— Terão estes fatores o mesmo peso na determinação do rendimento de alunos de diferentes níveis sócio-econômicos?

— Resultaria o rendimento escolar de uma combinação destas duas ordens de fatores-escolares e sócio-econômicos — além dos individuais?

— Tenderia o aspecto pedagógico a ser minimizado nesta combinação na medida em que se ampliassem as possibilidades de desenvolvimento oferecidas pela família do aluno?

O trabalho foi desenvolvido tendo as seguintes hipóteses:

1º — Quanto mais baixa a origem social do aluno, mais baixas as notas obtidas e mais altas as porcentagens de repetência e evasão.

2º — As associações previstas na hipótese anterior são mais fortes para as séries iniciais do que para as séries finais do 1º grau.

3º — Mantida constante a origem social, a duração da jornada escolar e a estabilidade do professor durante o ano letivo são variáveis que mantêm forte associação positiva com o rendimento.

4º — Existe um peso específico da repetência sobre outra repetência ou evasão que se mantém nos diversos níveis sócio-econômicos.

5º — O peso dos fatores intra-escolares na determinação do rendimento escolar é maior para os alunos de origem social mais baixa.

A metodologia utilizada foi a de uma pesquisa de campo correlacional multivariada.

O projeto foi realizado nas escolas públicas de 1º grau da Grande São

Paulo, com uma sub-amostra de 7.111 alunos do Projeto NISE (pesquisa da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo) sobre os quais haviam sido colhidos dados de perfil individual e nível sócio-econômico da família. A unidade amostral foi a escola. Foram sorteadas aleatoriamente 139 escolas que representavam cerca de 10% do total de escolas públicas de 1.º grau da região da Grande São Paulo. Os alunos dessas escolas que haviam sido incluídos na amostra do Projeto NISE passaram automaticamente a compor a sub-amostra do presente estudo. Chegou-se, assim, a 7.111 alunos.

A amostra maior (para o projeto NISE), havia sido selecionada pelo seguinte processo: em primeiro lugar foi feita a divisão da região a ser coberta pela pesquisa — a Grande São Paulo — em conjuntos de setores escolares denominados “Unidades Saura”. Cada Unidade Saura (não há explicação sobre porque foi adotada esta denominação) é formada por escolas situadas na mesma região geográfica. O número de alunos que deveriam ser sorteados em cada Unidade Saura foi definido pela “Tabela de cálculo do tamanho da amostra” (CENAFOR, 1976). Todas as escolas da Unidade tiveram um certo número de alunos sorteados. Esse número foi proporcional à representação dos alunos de cada escola no total de alunos da Unidade Saura. Dessa forma garantiu-se que todas as escolas estivessem representadas na amostra final.

Foram sorteados 130.000 alunos de todas as escolas estaduais da região da Grande São Paulo e que constituíram a amostra do Projeto NISE.

As informações foram coletadas junto ao Centro de Informações Educacionais da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e dos professores, diretores e/ou outros funcionários das escolas que compunham a amostra.

Foi utilizada uma folha de registro e codificação onde o pesquisador de campo registrava as informações sobre o rendimento escolar (notas, freqüência) e outros eventos da vida escolar dos alunos sorteados em cada escola, além de informações sobre a escola.

Quanto às variáveis considerou-se:

A) Variáveis de origem social (Projeto NISE)

1 — Indicadores de NISE: renda familiar mensal (em Cr\$); renda per capita mensal (familiar dividida pelo número de membros); escolaridade do chefe de família; classificação na escala Azzi-Marchi.

A renda familiar mensal foi fornecida pelo responsável pelo aluno. A escolaridade do chefe da família não especifica quem é o chefe, se pai, mãe, irmão mais velho, etc., e considera as séries concluídas e não o número de anos passados na escola.

“A escala Azzi-Marchi é formada por um contínuo de índices compostos pela escolaridade do chefe e itens de conforto doméstico. Cada um dos indicadores tem um determinado peso e da soma desses indicadores ponderados resulta um total de pontos. Os índices da escala correspondem a intervalos desses totais de pontos obtidos pelo sujeito. Os indivíduos mais pobres têm índice um e os mais ricos situam-se no índice seis.

Assim, por exemplo, uma família cujo chefe tem curso primário incompleto, um televisor preto e branco e uma geladeira, soma 2 pontos, que correspondem ao índice 1 da escala Azzi-Marchi.

Esta escala é a mais empregada para as classificações de NSE feitas pelas agências de pesquisa de mercado, publicidade, etc. Reflete o padrão de vida da família de maneira bem fidedigna.

Nas análises em que não nos interessava investigar o peso relativo de cada indicador de NSE, mas apenas avaliar a influência desse nível sobre o comportamento de outras variáveis, decidimos trabalhar com esse indicador, exatamente por ser composto de escolaridade do chefe de família e nível de renda, refletida nos itens de conforto doméstico”. (p. 13-14).

2 — Outras variáveis: naturalidade, sexo, defasagem idade/série, repetência anterior e inserção no mercado de trabalho.

B) Variáveis de rendimento escolar (dados de 1977). Variável dependente: notas bimestrais em Português e Matemática; conceito final de Português e Matemática; conceito da Secretaria da Escola (registro em código numérico); conceito do Conselho de Classe; resultado final de Português, Matemática e Geral; reprovação e evasão ou abandono.

Além dos 4 (quatro) conceitos bimestrais (atribuídos dentro de cinco categorias: A, B, C, D e E), cada aluno recebe, ao final do ano letivo, o julgamento final do professor, expresso nos mesmos conceitos, sobre a condição do aluno prosseguir ou não estudos na série subsequente — conceitos A, B e C representam promoção, D e E, reprovação. Esse conceito final deve ser emitido junto com o conceito do último bimestre.

Cabe à secretaria da escola transformar os conceitos bimestrais em seus equivalentes numéricos, sintetizando-os numa soma (total de pontos). A tabela para transformação dos conceitos é a seguinte: A= 5; B= 4; C= 3; D= 2; E= 1.

O aluno que soma de 4 a 11 pontos recebe o conceito “retido” e o que soma de 12 a 20, “promovido”.

Se houver discrepância entre o conceito final do professor e o conceito da secretaria, o Conselho de Classe deve se pronunciar sobre a promoção ou retenção do aluno (Resultado Final) que resulta da verificação do seu rendimento e da apuração de sua assiduidade. O julgamento do Conselho de Classe deve fundamentar-se ainda na observação do aluno nas diversas situações de aprendizagem desenvolvidas no decorrer do ano letivo.

Quando a secretaria da escola traduz o conceito alfabético em termos numéricos, pode ocorrer que a imprecisão seja corrigida ou definitivamente incorporada ao histórico escolar do aluno, conforme o professor tenha utilizado, na transposição de códigos que fez, um código idêntico ao da secretaria ou não — por exemplo, uma escala de 0 a 10 pontos, que é a mais comumente usada pelos professores.

C) Variáveis de condições da escola — as seguintes variáveis foram utilizadas para definir a qualidade das escolas, segundo os objetivos propostos:

— rotatividade do professor de Português e Matemática durante o ano de 1977 (informação do Centro de Informações Educacionais da SEC/SP); número de turnos em que a escola funciona; presença de coordenador pedagógico; existência de sala para biblioteca; porcen-

tagens de aprovação e evasão (por série, nas escolas, no ano anterior); superlotação ou número de séries funcionando com mais alunos que a capacidade disponível (dados levantados junto ao CIE-SEC/SP); grau de carência da escola (classificação feita pela SEC, publicada no Diário Oficial de 05/05/76).*

No que se refere ao perfil individual dos alunos sorteados, bem como à caracterização do nível sócio-econômico das famílias desses alunos foram utilizados dados secundários do Projeto NISE da APCTE da SEC/SP:

Após o sorteio da amostra fez-se a relação nominal dos sujeitos, por escola. Tal relação foi copiada na Folha de Registro e Codificação.

Foram feitas entrevistas para selecionar os pesquisadores. Antes de se dar início à fase de coleta de dados, ofereceu-se treinamento munucioso aos pesquisadores selecionados, ocasião em que foi distribuído o Manual de Instruções aos pesquisadores.

Estes foram encarregados de percorrer as escolas, obter os dados sobre rendimento escolar e registrá-los na Folha.

Uma vez terminado o trabalho de campo, isto é, o levantamento de informações sobre as escolas e sujeitos, os pesquisadores tinham obtido 3 arquivos de dados: variáveis de nível sócio-econômico dos alunos (arquivo 1); variáveis de rendimento escolar (arquivo 2); variáveis de condições da escola (arquivo 3).

Procedeu-se então à verificação da consistência dos dados do arquivo 2 (que haviam sido colhidos para o presente estudo) em relação ao arquivo 1 (dados armazenados do Projeto NISE). Foi feita em seguida a junção e compatibilização dos dois arquivos.

* Embora o critério utilizado pela SEC para esta classificação tenha sido o NSE da clientela da escola, as análises evidenciam que as escolas dos dois grupos (carentes e não carentes) possuem características bem distintas, de modo que esta variável foi considerada crítica para os cruzamentos de dados.

Os primeiros processamentos realizados apontaram a necessidade de trabalhar separadamente com três grupos: alunos de 1ª série à 4ª série (antigo primário); alunos de 5ª série à 8ª série (antigo ginásio) diurno, alunos de 5ª à 8ª série (antigo ginásio) noturno.

As marcantes diferenças que ainda existem entre os três grupos tornam conveniente realizar análises em separado.

Algumas informações tiveram de ser processadas por série, especialmente a 1ª série, que tem uma problemática bastante diferente das demais, e outras por turnos, quando as diferenças de período eram mais relevantes.

Diversos cruzamentos simples entre indicadores de nível sócio-econômico e rendimento escolar foram feitos, controlando algumas variáveis de características dos alunos.

Sempre que os resultados sugeriram foi empregado tratamento estatístico considerado adequado que inclui: testes de significância de diferença de médias, análise de variância, regressão múltipla e "step wise".

O estudo conduziu às seguintes conclusões:

Quanto ao NSE, "o perfil sócio-econômico dos sujeitos que compuseram a amostra é o mesmo traçado pela equipe da Secretaria de Educação no Projeto NISE. Essa consistência entre os dados de NSE das amostras dos dois projetos permite a generalização dos demais dados, recolhidos especialmente para este projeto (tais como rendimento escolar e características da escola), pois indica que a amostra selecionada é representativa da população — alunos da Grande São Paulo no ano 1977" (p. 13).

"Os resultados apontam claramente a existência de mecanismos de seletividade social dentro da escola. A clientela das séries iniciais é significativamente diferente, quanto ao nível sócio-econômico, da clientela das quatro últimas séries do 1º grau.

A comparação entre os períodos diurno e noturno mostra que há mais alunos provenientes de famílias de baixa renda neste último, embora aí

também se perceba a seletividade social na passagem de uma série para outra" (p. 21).

"A porcentagem de alunos cujos pais têm a escolaridade mais baixa diminui sensivelmente ao longo do curso, principalmente no diurno" (p. 22).

Quanto à naturalidade, "mais da metade dos alunos matriculados no 1º grau das escolas estaduais da Grande São Paulo nasceram fora da Capital.

Esse é um dado importante, que acrescenta o aspecto cultural ao perfil sócio-econômico dos alunos, revelando um pouco mais a realidade das condições de vida da maioria desses alunos.

As dificuldades de adaptação do migrante somam-se aos obstáculos de ordem meramente econômica. São valores, atitudes, comportamento e até padrão de linguagem trazidos pelas famílias, com os quais a criança convive, e que a escola ignora, desconhece ou desvaloriza.

Todo esforço de adaptação aos novos hábitos e costumes impostos pela escola da cidade grande cabe ao aluno — que, muitas vezes, entrará em contato com esse novo universo apenas através da escola. O processo de socialização vivido pelos alunos migrantes é completamente diferente daquele experimentado pelas crianças que já dominam parte da cultura na qual a escola se insere. A marginalização cultural, que não é exclusiva dos migrantes, mas sofrida por todos aqueles que não tiveram acesso à cultura da classe dominante na sociedade em que vivem, tem grande influência na determinação do fracasso escolar dessas crianças. (cf. Poppovic et alii 1975)" (p. 23).

Quanto ao sexo, "a distribuição dos Sujeitos da Amostra é bem equilibrada, há quase o mesmo número de indivíduos do sexo masculino e do feminino" (p. 24). O peso desta variável sobre o rendimento escolar é muito grande e os dados recolhidos neste estudo mostram que os sujeitos do sexo feminino tem melhor rendimento escolar que os do sexo masculino, confirmando pesquisas anteriores.

Quanto à série, "a caracterização do NSE da clientela de cada série (cf. tabelas 9 e 10) evidencia uma associação entre a redução do contingente

de alunos de uma série para outra — que reflete o fracasso escolar tanto pela repetência como pela evasão — e a origem social dos alunos.

Ou seja, à medida que as crianças de origem pobre vão repetindo as séries iniciais e abandonando a escola, elas não vão sendo substituídas por igual número de crianças de origem menos pobre. As famílias que têm as necessárias condições sócio-econômicas preferem a escola particular em favor da pública.

A diminuição no número de alunos pobres nas últimas séries do 1.º grau das escolas públicas corresponde a uma redução no total de alunos nessas mesmas séries” (p. 25).

Quanto à defasagem “... menos de um terço da clientela está na idade ideal para a série que frequenta. Os dois terços restantes encontram-se atrasados, seja porque entraram com mais de 7 anos na 1.ª série, seja porque abandonaram a escola por algum tempo, voltando mais tarde, seja porque repetiram alguma série” (p. 26). “... os dois terços dos alunos fora da idade ideal apresentam pelo menos uma repetência anterior em sua vida escolar, cabendo às demais causas da defasagem a explicação de um terço desses atrasos” (p. 27).

Quanto à repetência anterior, a proporção dos alunos da amostra que nunca repetiram nenhuma série é de 52,5%, ou seja, quase a metade dos alunos matriculados repetiram pelo menos uma vez. O sucesso escolar, portanto, é privilégio da metade da clientela.

“Para a outra metade, a escola de 8 anos vai ser cursada em 9, 10 ou mais anos. Mas, infelizmente, nem isto é verdade. Após repetidos fracassos a família decide tirar o filho da escola.

Conclui-se que existe uma percepção, por parte da família, da inadequação existente entre seus filhos e o atual sistema escolar” (p. 28).

Quanto à inserção no mercado de trabalho, foram considerados como inseridos no mesmo alunos maiores de 10 anos com atividades remuneradas ou temporariamente desempregados. Mais de um quinto dos alunos maiores de 10 anos matriculados em escolas estaduais da Grande São Paulo trabalham ou estão procurando emprego. A grande maioria

encontra-se nos cursos noturnos, porém sua presença nos cursos diurnos também é expressiva.

Quanto ao rendimento expresso em notas “observa-se, na distribuição de pontos de Português e Matemática, a pequena variação ao longo dos bimestres, ou seja, a proporção de alunos que recebe conceitos altos (A, B) no 1.º bimestre é quase a mesma que recebe esses conceitos no 4.º bimestre, como se o professor pudesse conhecer seus alunos logo nos primeiros meses, exercendo pouca influência no sentido de mudar seu desempenho ao longo do ano letivo. Parece que o destino do aluno está traçado desde os primeiros dias de aula. Sua resposta ao processo educativo está definida logo no início desse processo” (p. 38).

A atuação do Conselho de Classe é direcionada no sentido de promover alunos que o professor teria reprovado.

Quanto à duração da jornada escolar e ao número de turnos, o maior número de turnos está associado a uma menor duração da jornada escolar (3 horas e meia) e ambas as condições são mais encontradas nas escolas carentes. A autora desenvolve considerações a respeito dos problemas e desvantagens que esta situação acarreta.

Quanto à “superlotação de séries”, a informação obtida dizia respeito apenas à existência de séries superlotadas (e não de classes superlotadas) dentro da escola. Os cruzamentos feitos não evidenciaram a associação negativa entre superlotação e aproveitamento que se esperava. A autora acredita que tal associação deve existir a nível de classe superlotada. Como não dispunham desta informação a variável foi abandonada.

Quanto à presença de coordenador pedagógico, a SEC/SP encaminha os quadros de que dispõe, prioritariamente às escolas carentes. Esta variável perdeu o sentido pois se encontra fortemente associada ao grau de carência da escola, deixando portanto de representar uma indicação de qualidade da escola.

Quanto à biblioteca, não foram colhidos dados descritivos tendo ocorrido uma abrangência da categoria que fez com que a variável fosse eliminada. Foram incluídas nesta categoria tanto escolas com biblio-

tecas bem organizadas como as que têm apenas alguns livros jogados numa sala que nem sequer pode ser utilizada por falta de pessoal.

Quanto às hipóteses, a 1ª foi confirmada na direção esperada: quanto mais baixa a origem social mais baixas as notas para ambos os sexos. Para qualquer indicador de NSE esta associação evidencia-se claramente. Com relação à evasão os dados de renda indicam na direção esperada: menor renda, maior evasão.

Os evadidos têm pais com baixa escolaridade.

Na classificação pela escala Azzi-Marchi, embora a associação entre renda e evasão não apareça muito intensamente, a permanência na escola aparece associada à escolaridade do chefe da família. Há associação entre evasão e inserção no mercado de trabalho. Os inseridos no mercado de trabalho abandonam mais a escola (p. 80). A 2ª hipótese foi confirmada: o papel de mediação da escola é mais evidenciado nas quatro 1ªs séries (p. 91).

A 3ª hipótese foi confirmada no que diz respeito à associação entre duração da jornada escolar e rendimento (p. 93 – 94). Quanto à estabilidade do professor foi confirmada indiretamente uma vez que os dados obtidos indicam que as escolas em que há menor estabilidade do professor são as classificadas como “carentes”, e são também aquelas em que os alunos têm menor rendimento. Não constam associações desta variável com rendimento.

Está confirmada a hipótese de que as meninas têm melhor desempenho que os meninos (4ª hipótese). Separando os alunos pelo NSE esta diferença favorável às meninas se mantém e está presente em todos os níveis. Considerando os grupos segundo a escolaridade do chefe de família persiste a vantagem do sexo feminino assim como na Escala Azzi-Marchi (p. 73-74).

Quanto à 5ª hipótese, não foi constatada associação entre repetência e evasão. A repetência anterior considerou quantos alunos haviam repetido ao menos uma vez e não o número de repetências na vida escolar do aluno. Provavelmente seria encontrada associação entre evasão (abandono) e fracassos repetidos. Foi constatada, entretanto, associação entre defasagem série/idade e evasão, o que leva a supor que o acúmulo

de repetências leva à defasagem (de quatro anos ou mais) e resulta no abandono.

A 6ª hipótese foi confirmada uma vez que os alunos da amostra analisada por este projeto obtiveram resultados bem diferentes, conforme estivessem em escolas carentes ou não carentes. Isto significa que alunos de um mesmo NSE colocados em escolas com características distintas obtêm diferentes resultados.

A pesquisa deixou claro que, embora o critério de classificação das escolas em carentes ou não carentes seja a presença de maior ou menor proporção de alunos de NSE mais baixos (os “carentes”), nas escolas consideradas carentes observá-se uma superposição de aspectos que influem negativamente na qualidade da escola — seja por dificultar a administração, o que redundaria numa escola menos organizada, seja por não permitir maior flexibilidade à direção. Estes aspectos são: menor duração da jornada escolar, maior número de turnos, maior tamanho da escola, séries superlotadas e maior rotatividade dos professores. Controlado o NSE, os alunos destas escolas apresentam resultados piores. As diferenças são significativas para os grupos de nível sócio-econômico mais baixo.

O fracasso escolar, expresso em repetência e evasão, está associado à origem social do aluno mas tem a explicá-lo toda a complexa realidade educacional apresentada pela pesquisa. Os resultados deste trabalho reforçam a importância das variáveis internas à escola na determinação deste quadro. As condições escolares têm influência especialmente nas séries iniciais onde a concentração de alunos mais pobres é maior.

Recomenda-se:

1 – Atender prioritariamente às exigências de adequação da escola às necessidades das crianças de NSE mais baixo, uma vez que a pesquisa evidenciou esta inadequação e que para as crianças mais pobres faz muita diferença estudar em condições mais adequadas.

2 – “Os custos da defasagem idade-série para o aluno e para o sistema obrigam a uma reflexão urgente e conseqüente sobre as causas da repetência escolar e à tomada de decisões responsáveis com vistas a uma transformação radical do panorama aqui descrito” (p. 27).

3 – Considerar o peso específico da repetência sobre outra repetência. É bem maior a proporção de reprovações entre os alunos que já repetiram uma vez, o que indica que a repetência, nas atuais condições de funcionamento e estrutura da escola, está longe de ser uma solução.

4 – Sugere que: “a área de atuação do educador, estritamente falando, no âmbito dos problemas – como a aprendizagem, o currículo, a avaliação – oferece um vasto campo para o desenvolvimento de novas propostas que, partindo de dados concretos, levem à solução dos graves desafios atualmente colocados para a rede pública” (p. 100).

O quadro de extrema gravidade configurado pelas altas taxas de evasão e repetência do sistema educacional aponta para a inegável relevância do tema abordado. O problema se coloca em termos de urgência, uma vez que evidencia necessidade de atendimento eficiente para esta clientela. Neste sentido a pesquisa reveste-se de um caráter empírico útil como subsídio para intervenção no sistema.

A pesquisa possui consistência interna configurada pelas seguintes características:

- O problema está inserido num quadro referencial teórico que abrange inclusive a teoria da marginalidade cultural.
- Problemas e hipóteses expostos com precisão e clareza.
- Cuidado na seleção da amostra.
- Técnica de coleta de dados adequada aos objetivos da pesquisa. Excelente o Manual de Instruções ao Pesquisador.
- Oferece uma boa imagem da fidedignidade dos dados.
- Os procedimentos foram adequados aos propósitos da pesquisa.
- Apresenta riqueza metodológica uma vez que estuda as relações entre as variáveis, estabelece com êxito relações causais, utiliza eficientemente a significância estatística e a análise multidimensional enriquecendo as conclusões da pesquisa.

– É boa a apresentação das tabelas.

– Os resultados são apresentados com detalhes.

– O relatório é elaborado de maneira clara e direta, informa o leitor sobre o que o trabalho pretende alcançar, sobre a importância do assunto e sobre o que já existe neste campo.

– O enfoque é adequado e a extensão e profundidade do tratamento são proporcionais à relevância do tema. Focaliza o problema e amplia a compreensão do mesmo.

– Oferece contribuição teórica e metodológica importantes, valorizando o papel da escola nos países em desenvolvimento e levantando problemas para futuras investigações.

Pelos cuidados na amostragem e pela consistência interna apresentada pela pesquisa os resultados podem ser generalizados para outras concentrações urbanas do país.

As três primeiras recomendações da pesquisa tornam-se viáveis desde que haja por parte dos organismos de planejamento e centros de decisão a firme determinação de intervir diretamente para reverter e superar as tendências à superposição de aspectos negativos que influem na qualidade da escola pública.

A última recomendação é inteiramente viável e merece ser considerada com atenção pelos educadores em geral.

Quanto às restrições dizem respeito ao fato de, na análise e discussão dos resultados, assim como na apresentação das conclusões, não ter sido seguida a linha das hipóteses desenvolvidas. O leitor se vê obrigado a um esforço adicional, ao realizar ele mesmo a “checagem” dos resultados e conclusões com as hipóteses.

Não foram realizadas associações diretas entre estabilidade do professor durante o ano letivo e rendimento escolar dos alunos, o que prejudicou um pouco a confirmação da terceira hipótese.